

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.850 - MA (2017/0061706-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : TECHMASTER ENGENHARIA LTDA  
**OUTRO NOME** : TECHMASTER ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO LTDA  
**ADVOGADO** : DANIEL GUERREIRO BONFIM - MA006554  
**RECORRIDO** : MUNICIPIO DE ITAPECURU MIRIM  
**ADVOGADO** : EUCLIDES FIGUEIREDO CORREA CABRAL E OUTRO(S) - MA012703A  
**INTERES.** : LASTRO ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES LTDA  
**ADVOGADO** : DANILO MOHANA PINHEIRO CARVALHO LIMA E OUTRO(S) - MA009022

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJ/Maranhão, assim ementado (fl. 418):

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INCIDENTE DE FALSIDADE DOCUMENTAL. NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO PROCESSO PRINCIPAL PARA SUA APRECIÇÃO. PRESERVAÇÃO DA AUTORIDADE DO ACÓRDÃO DA 5ª CÂMARA DO TJMA. QUE DETERMINOU A INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE SEM OPORTUNIZAR PRODUÇÃO DE PROVAS. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA EXAURIENTE. NECESSIDADE. PERIGO DE PREJUÍZOS IRREPARÁVEIS E LESÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.

1- A agravante teve cerceado seu direito de demonstrar suas alegações, visto que as provas que foram requeridas não são inúteis e/ou apenas protelatórias (art. 130 do CPC). Logo, entendo pode ocorrer lesão aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório, eis que a lide não é meramente de direito, necessitando de instrução probatória, não devendo ser aplicado o art. 330, I, do CPC. Ademais, existe no presente recurso a alegação de que não houve análise pelo juízo *a quo* de um incidente de falsidade documental, posto que não houve a suspensão da demanda principal para o julgamento do referido incidente, nos termos do art. 394 do CPC, sendo necessário o provimento do

recurso como forma de evitar prejuízos irreparáveis às partes.

2- 5ª Câmara Cível deste Tribunal, no julgamento do Agravo de Instrumento nº 58327/2013, referendou que seria necessário a realização de instrução probatória exauriente, inclusive consolidando o entendimento que no presente caso não poderia ser aplicado o julgamento antecipado da lide.

3- Vale mencionar que no caso em análise existe o pedido de condenação em danos morais e perdas e danos (danos materiais), no caso da impossibilidade de cumprimento da obrigação de fazer, me levando a crer que existem elementos que autorizem uma instrução probatória exauriente e definitiva. De fato, a manutenção da decisão do juízo a quo, poderá causar prejuízos irreparáveis à agravante, bem como a irreversibilidade do provimento

4- A decisão agravada e o agravo de instrumento não discutem sobre competência da Justiça Estadual ou Federal, como alega a empresa Techmaster, que ingressou como terceiro interessado, em sede de contrarrazões apresentadas, sendo matéria estranha ao presente recurso, não possuindo qualquer relação com a presente demanda recursal, estando dissociada da decisão agravada e das razões do agravo de instrumento, posto que esta Câmara já analisou tal questão no julgamento do Agravo de Instrumento nº 58327/2013, que envolve as mesmas partes e oriundo do mesmo processo de base (Processo nº 19 53/2013), firmando o entendimento que no caso concreto a competência seria da Justiça Estadual.

5- Agravo de Instrumento conhecido e provido.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 535, II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito dos arts. 86, 125, II, 130, 267, IV, § 3º, 394 e 462 do CPC/1973, 9º da Lei n. 11.977/2009 e 109, I, da CF/1988.

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 86, 125, II, 130, 267, IV, 390, 394 e 462 do CPC/1973, 9º da Lei n. 11.977/2009 e 109, I, da CF/1988, sob os seguintes argumentos: (a) "a incidente de falsidade tem vez apenas quando o documento (prova) que se mostra a prova tem o condão de modifica' o resultado do processo. No caso, o art. 394 do CPC foi violado por dois motivos. O primeiro, porque não houve menção de qual o documento que foi arguida a falsidade deveria influir no julgamento da causa, não sendo suficiente a mera instauração do incidente para suspender o processo" (fl. 480); (b) competência da Justiça Federal para processar e julgar a demanda.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 549-550.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Afasta-se a alegada violação do artigo 535, II, do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz,

não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição da República, o recurso especial é destinado tão somente à uniformização da interpretação do direito federal, não sendo, assim, a via adequada para a análise de eventual ofensa a dispositivos constitucionais, cuja competência pertence ao Supremo Tribunal Federal. Por tal motivo, não se conhece do apelo especial no tocante à alegação de violação do artigo 109, I, da CF/1988.

Evidencia-se que o artigo 267, IV, do CPC/1973 (e a tese a ele vinculada) não foi apreciado pela Corte de origem, inclusive após terem sido opostos os embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

No que diz respeito aos arts. 390 e 394 do CPC/1973 e a questão referente à competência da justiça estadual para processar e julgar a lide, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que (fls. 425-426):

"Analisando os autos processuais entendo que à agravante teve cerceado seu direito de demonstrar suas alegações, visto que as provas que foram requeridas não são inúteis e/ou apenas protelatórias (art. 130 do CPC). Logo, entendo pode ocorrer lesão aos princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório, eis que a lide não é meramente de direito, necessitando de instrução probatória, não devendo ser aplicado o art. 330, I do CPC.

Ademais existe no presente recurso a alegação de que não houve análise pelo juízo a quo de um incidente de falsidade documental, pelo que não houve a suspensão da demanda principal para o julgamento do referido incidente, nos termos do art. 394 do CPC, sendo necessário o provimento do recurso como forma de evitar prejuízos irreparáveis às partes.

[...]

Ademais, a decisão agravada e o agravo de instrumento não discutem sobre competência da Justiça Estadual ou Federal, como alega a empresa Techmaster, que ingressou como terceiro interessado, em sede de contrarrazões apresentadas, sendo matéria estranha ao presente recurso, não possuindo qualquer relação com a presente demanda recursal, estando dissociadas da decisão agravada e das razões do agravo de instrumento, posto que esta Câmara já analisou tal questão no julgamento do Agravo de Instrumento nº 58327/2013, que envolve as mesmas partes e oriundo do mesmo processo de base (Processo nº 1953/2013), firmando o entendimento que no caso concreto a competência seria da Justiça Estadual".

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator